

**TURISMO E ACESSIBILIDADE EM EQUIPAMENTOS CULTURAIS: UMA
ANÁLISE DAS AÇÕES EM ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL NOS MUSEUS
DA CIDADE DO RECIFE – PERNAMBUCO****TOURISM AND ACCESSIBILITY ON CULTURAL EQUIPMENTS: AN ANALYSIS OF
ACTIONS IN COMMUNICATIONAL ACCESSIBILITY IN THE MUSEUMS OF
RECIFE – PERNAMBUCO****MOURY FERNANDES, Bruna Galindo**

Instituto Federal de Pernambuco; brunafernandes@recife.ifpe.edu.br

Resumo

Os museus se constituem espaços de convivência, lazer e acesso à cultura, sendo relevantes para a formação e a fruição da população local e dos seus visitantes, configurando-se como equipamentos turísticos indispensáveis, sobretudo em destinos turísticos culturais. Este artigo é baseado nas percepções iniciais decorrentes de um projeto de extensão realizado por alunos e professores do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo do IFPE – Campus Recife, voltado para a realização de ações na área da Acessibilidade Comunicacional (AC) nos museus da cidade do Recife. Neste artigo, apresentamos os principais resultados da análise documental e da revisão bibliográfica realizada, assim como da observação direta nos museus, com o objetivo de expor as aproximações e os distanciamentos entre a teoria e a prática das ações em AC. Nesse sentido, foi possível observar que na gestão dos equipamentos museais analisados, apesar da existência de leis, normas e programas governamentais dedicados à promoção da inclusão de pessoas com deficiência, há pouquíssimas ações concretas em andamento. Uma vez que os museus são equipamentos culturais relevantes para a atividade turística, é preciso ampliar os estudos e investimentos nessas instituições, para que sigam colaborando para a preservação, a pesquisa e a memória de bens culturais, e para a dinamização dos fluxos turísticos através da indução de visitas e/ou da ampliação da permanência dos turistas nos destinos turísticos.

Palavras-chave: Turismo. Museus. Acessibilidade Comunicacional. Recife. Pessoas com deficiência.**ABSTRACT**

Museums are important spaces for local people to get in touch with each other as well as with activities for leisure and culture for the formation and fruition of themselves and visitors. They are indispensable tourist equipment in cultural tourist destinations. This article is based on the initial perceptions of an extension project accomplished by students and professors of the Technological Higher Course in Tourism Management of IFPE – Campus Recife focused on communicational accessibility (CA). In the museums at the Recife City. In this article we show the main results of the documental analysis and bibliographical review, and also in the direct observation in the museums, there was an attempt to expose the similarities and distances between theory and practice in CA actions. Therefore, it was possible to observe that in the management of the museums equipment analyzed, despite the existence of laws, norms and governmental programs dedicated to the promotion of the inclusion of persons with disabilities, there are very few concrete actions in progress towards it. As cultural equipment is relevant for tourism, it is necessary to expand the studies and investments in order that the museums continue

collaborating in the preservation, research and memory of cultural assets and also in the dynamization of tourist flow through the induction of visits and/or extension of the permanence of visitors in touristic destinations.

Keywords: Tourism. Museums. Communicational Accessibility. Recife. People with disabilities.

1 Introdução

O turismo se desenvolveu e vem ganhando cada vez mais espaço e importância nos meios de comunicação e na economia, aspectos que o colocam em um lugar privilegiado em diversos setores das políticas públicas e nas ações da iniciativa privada. Planos, programas e projetos têm sido elaborados de maneira cada vez mais estratégica, com investimentos e prazos ampliados e mecanismos de execução cada vez mais aprimorados, o que torna o desenvolvimento do turismo mais estruturado tanto no setor público quanto no privado.

Segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT (2001), o turismo é uma atividade muito complexa não só pelo número de agentes envolvidos (empresários, visitantes, população residente, administração pública), mas também pelos efeitos sobre o entorno social e natural e sobre outras atividades afins. Por isso, é necessário que o seu desenvolvimento ocorra de maneira mais ordenada, tentando reduzir os efeitos negativos inerentes ao setor. Nesse sentido, a organização complementa: “é fundamental ordenar uma política turística integradora não só entre as diferentes instituições públicas e nos diversos âmbitos territoriais, mas, por sua vez, a iniciativa privada e a pública devem atuar de maneira coordenada” (OMT, 2001, p. 278).

A oferta cultural se constitui em um elemento de diferenciação e caracterização da atividade turística de uma localidade. Em Pernambuco, o aproveitamento da oferta cultural é tido como prioritário para a concretização do seu posicionamento enquanto destino turístico cultural, e Recife, capital do estado, desempenha um importante papel na concretização desta construção.

Levando em consideração que os museus são considerados bens culturais e produtos turísticos, são, por essa razão, importantes para a ampliação da oferta de equipamentos e serviços, além da dinamização dos fluxos turísticos. É notório que para o melhor desenvolvimento do turismo, as localidades devem se voltar ao incremento de novos produtos diferenciados para seus consumidores.

Os equipamentos culturais exercem um importante papel artístico-cultural, social e econômico cuja gestão apresenta grandes desafios de ordem administrativa, econômica, social e política por mobilizarem duas grandes cadeias produtivas: a da cultura e a do turismo. Em geral, esses equipamentos promovem atividades de criação, fruição, difusão, circulação, salvaguarda, formação, reflexão, dentre outras, capazes de mobilizar uma densa rede de profissionais e serviços, bem como ativando relações econômicas das mais diversas dentro do campo cultural.

Conforme aponta o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM (2014), a maioria dos museus e casas de cultura são centros de preservação e pesquisa de bens culturais e locais de memória e de identidade e, por isso, são lugares de educação não formal para moradores e visitantes. Nessa perspectiva, o grau de atratividade dependerá do que os museus têm a oferecer enquanto espaço de lazer, cultura e entretenimento, bem como da facilidade de acesso.

De acordo com o Ministério do Turismo – MTUR (2006), a acessibilidade é a condição básica para que uma pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida possa utilizar, com segurança e autonomia – seja ela assistida ou não –, de espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, edificações, transportes e meios de comunicação.

O presente artigo é um dos desdobramentos de um projeto de extensão aprovado em fevereiro de 2018 no Programa Institucional para Concessão de Bolsas de Extensão – PIBEX, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE Campus Recife, intitulado: “Turismo e Acessibilidade Comunicacional: uma proposta de sensibilização e qualificação para o atendimento às pessoas com deficiência em equipamentos de turismo e cultura da cidade do Recife”.

O referido projeto teve como objetivo geral ofertar atividades de extensão para que os museus da cidade do Recife tivessem melhores condições de atender às pessoas com deficiência no que se refere aos aspectos da Acessibilidade Comunicacional (Língua Brasileira de Sinais – Libras e audiodescrição).

As ações do projeto de extensão foram centradas nos equipamentos de turismo e cultura – mais especificamente nos museus, que representam espaços de convivência, lazer e acesso à cultura de grande valor para a formação cultural e cidadã da população local e dos seus visitantes. Tratam-se de espaços que já recebem um público com frequência regular, porém, de maneira geral, não apresentam condições

de receber as pessoas com deficiência, ou seja, são produtos turísticos ainda sem condições de acessibilidade.

A equipe de extensionistas se constituiu de docentes com formação específica em turismo e em acessibilidade comunicacional, além de técnicos administrativos com conhecimentos e habilidades para o desenvolvimento de atividades específicas do universo da AC e estudantes do Curso Superior em Gestão de Turismo.

O foco de atuação do projeto se deu em cinco museus da cidade, os quais têm perfis distintos entre si do ponto de vista administrativo, de gestão e de conteúdo. São eles: Cais do Sertão, Paço do Frevo, Museu da Cidade do Recife, Memorial Luiz Gonzaga e Memorial Chico Science, os quais descreveremos brevemente no decorrer deste artigo. A definição específica por esses museus se deu em função da relevância turística e cultural, das temáticas diversas e da proximidade geográfica entre eles, o que facilita o deslocamento e a elaboração de futuros roteiros turísticos.

Dentre as atividades previstas para serem desenvolvidas no projeto de extensão constava a realização de ações de pesquisa para um melhor aprofundamento teórico do grupo de extensionistas. Para tanto, examinamos uma variedade de leis, normas, decretos e programas governamentais que, apesar de públicos, ainda não são de conhecimento por parte dos gestores e dos estudiosos do setor turístico e cultural.

Em turismo, a discussão sobre acessibilidade já está em pauta há alguns anos, mas o foco se dá principalmente na análise de questões relacionadas aos aspectos físicos e arquitetônicos de equipamentos, serviços e destinos turísticos, porém pouco se estuda/aborda especificamente a acessibilidade comunicacional. Foi possível perceber que a produção científica e acadêmica acerca da acessibilidade comunicacional enquanto objeto de estudo está concentrada, sobretudo, no campo da Educação.

Este artigo pretende expor os resultados iniciais das análises documentais e bibliográficas acerca da Acessibilidade Comunicacional à luz do turismo e da gestão dos equipamentos culturais, buscando apresentar as aproximações e distanciamentos entre a teoria e a prática dessas ações em alguns dos principais museus da cidade do Recife.

2 Turismo e Acessibilidade

Para Sasaki (2010), um dos mais importantes autores da área da acessibilidade, no setor turístico, deve-se seguir o paradigma da inclusão, segundo o qual é necessário adequar os serviços de lazer e turismo a todas as pessoas, com ou sem deficiência, e não o inverso.

O direito e acesso das pessoas com deficiência às oportunidades de lazer, esporte e turismo como parte do seu desenvolvimento ou bem-estar integral é pauta de diversas leis e ações desenvolvidas no Brasil e no mundo. Preconiza-se que seja garantido que não haja uma diferenciação ou separação entre as pessoas com deficiência e as pessoas sem deficiência.

Nesse sentido, para o referido autor, deve-se priorizar, portanto, as atividades que juntem essas pessoas no mesmo espaço de lazer e turismo. São as chamadas atividades integradas (quando a pessoa com deficiência consegue participar de atividades de lazer não-adaptadas) e atividades inclusivas (quando os programas de lazer são modificados para que pessoas com deficiência possam participar juntamente com as pessoas em geral (SASSAKI, 2010).

A perspectiva da inclusão apontada por Sasaki aparece com frequência nas normas, alinhando-se ao que se entende por desenho universal:

forma de conceber produtos, meios de comunicação, serviços e ambientes para serem utilizados por todas as pessoas, o maior tempo possível, sem a necessidade de adaptação, beneficiando pessoas de todas as idades e capacidades. O conceito de desenho universal tem como pressupostos: equiparação nas possibilidades de uso; flexibilidade no uso; uso simples e intuitivo; captação da informação; tolerância para o erro; dimensão e espaço para uso e interação. (ABNT, 2008, p. 2).

Para tratarmos da questão da Acessibilidade Comunicacional nos museus, também procedemos à análise da Lei Brasileira de Inclusão, das principais normas técnicas brasileiras que tratam do tema – NBR 15590 e 9050 –, além das principais publicações do Ministério de Turismo que abordam essa temática. A Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e determina que

o Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de

acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer. (BRASIL, 2000, p. 13).

A Lei Federal nº 13.146, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu inciso V do artigo 3º, traz diversos conceitos que deverão ser considerados para fins de aplicação da lei. Por se tratar do foco deste artigo, destacamos o que essa lei entende por comunicação:

Forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais – Libras, a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações. (BRASIL, 2000, p. 34).

A norma técnica brasileira – NBR 9050, da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT, 2004), trata do tema acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. De acordo com essa norma, promover acessibilidade é dar possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia da edificação, do espaço, do mobiliário e do equipamento urbano e seus elementos. As propostas de adaptação indicadas na norma são pertinentes aos vários tipos de deficiência e trazem recomendações para diversos estabelecimentos, tais como: salas de cinemas, teatros, auditórios e similares.

Conforme a norma, esses espaços devem disponibilizar dispositivos tecnológicos para, por exemplo, atender no palco as pessoas com deficiência visual; equipamentos de informações sonoras e sistemas de tradução simultânea, para permitir o controle individual de volume; e recursos para evitar interferências (ABNT, 2004).

A NBR 15599 de 2008 trata especificamente da acessibilidade com foco na comunicação e na prestação de serviço, consideradas as diversas condições de percepção e cognição, com ou sem a ajuda de tecnologia assistiva ou outra que complemente necessidades individuais. Conforme essa norma, agências de viagem e turismo, redes hoteleiras, locadoras de automóveis, restaurantes, pontos turísticos, postos de informações turísticas e demais prestadores de serviços turísticos (eventos,

museus, teatros etc.) devem dispor de meios de comunicação acessíveis a pessoas com deficiência sensorial, para consulta, reserva e resposta, e devem possibilitar, no mínimo, a comunicação visual e sonora, via voz (ABNT, 2008).

Em 2012, o Ministério do Turismo lançou o Programa Turismo Acessível, voltado para promover a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida à atividade turística, permitindo, assim, o acesso e a utilização de serviços, edificações e equipamentos turísticos com segurança e autonomia.

O programa foi lançado em parceria com o Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. É direcionado aos gestores públicos e privados, profissionais da linha de frente do turismo, empreendimentos turísticos, destinos turísticos e pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, incluindo turistas e não turistas.

Conforme informações disponíveis no portal do referido programa, os objetivos e metas (previstos para os anos de 2014 e 2015) estão divididos em cinco áreas de atuação: estudo e pesquisa; serviços turísticos; informações turísticas; infraestrutura turística e de apoio ao turismo; e promoção e apoio à comercialização de produtos e destinos turísticos. (MTUR, 2014).

O programa também dispõe do chamado “Guia de Turismo Acessível”, uma plataforma *online* através da qual os visitantes, usuários e gestores de negócios turísticos podem avaliar e consultar a acessibilidade de pontos turísticos, hotéis, restaurantes, parques e outras atrações. Esse guia está disponível nos formatos de portal na internet e de aplicativo, que pode ser baixado gratuitamente. O Guia é uma plataforma colaborativa e oferece uma opção de busca por cidade e tipo de atração turística que pode ser especificada por tipo de deficiência, quais sejam: auditiva, visual, física ou motora e mobilidade reduzida.

Apenas os museus Cais do Sertão e Paço do Frevo receberam avaliações, contudo, no próprio guia consta a informação de que o Ministério do Turismo não garante a precisão ou veracidade das informações disponibilizadas pelos usuários, que são exclusiva e integralmente responsáveis pelas avaliações e comentários.

No campo educacional, a discussão e as iniciativas públicas e privadas envolvendo turismo e acessibilidade vem sendo realizadas e incorporadas às instituições de ensino públicas e privadas há quase duas décadas. Porém, através da análise dos estudos e das ações desenvolvidas no território brasileiro sobre a temática, foi possível perceber que, de maneira geral, o foco está mais centrado na

área da acessibilidade física e/ou arquitetônica. No levantamento bibliográfico realizado, foi possível identificar que o recorte específico da acessibilidade comunicacional ainda é bastante incipiente.

No que se refere às pessoas surdas, é possível, por exemplo, dispor, na equipe de educativo/mediação, de profissionais que tem o domínio da língua, além de vídeos com interpretação de libras disponibilizados em equipamentos audiovisuais como *tablets*, TVs e computadores portáteis, ou até mesmo aplicativos e softwares livres, os quais o visitante pode baixar em seus aparelhos móveis. Cabe destacar que, nesses casos, o museu precisará disponibilizar uma plataforma digital que contenha os conteúdos “traduzidos” na Linguagem Brasileira de Sinais – Libras.

No caso da pessoa cega ou com baixa visão, pode-se ter a disponibilização de recursos semelhantes aos destinados às pessoas surdas, porém com foco no áudio e também na disponibilização de objetos como mapas e réplicas para a observação via tato/toque.

O recurso da audiodescrição vem sendo utilizado pelo setor cultural, sobretudo no segmento do cinema e da TV. Ainda são raríssimos os museus que ofertam esse tipo de serviço. Tem-se um número muito mais significativo de ações voltadas para a tradução para o inglês ou espanhol dos textos contidos na exposição do que para o Braille ou a audiodescrição.

Nota-se que as ações em audiodescrição são mais encontradas, aos poucos, em casas de exibição de espetáculos, filmes e, com sorte, em museus. Existem, todavia, inúmeros segmentos turísticos onde se utiliza o sentido da visão como forte ferramenta de apreciação e causador de emoções. A adoção da audiodescrição no setor do turismo conduzirá a níveis mais próximos do desenho universal, gerando condições aos cegos de desfrutarem da paisagem que buscam encontrar nos seus destinos turísticos.

3 Metodologia/Materiais e Métodos

Os procedimentos metodológicos utilizados neste artigo constaram de análise documental e revisão bibliográfica de livros e artigos científicos. A pesquisa se iniciou pela busca documental relativa às leis, aos decretos e às normas que tratam da acessibilidade comunicacional, além da procura nas plataformas digitais para identificar estudos e ações envolvendo AC e turismo.

Após a construção do referencial teórico, partimos para a observação direta dos equipamentos para adquirir a percepção quanto à existência e realização de ações de AC. Nesse sentido, foram feitas visitas aos 5 equipamentos, nos quais procedemos conversas iniciais junto à equipe gestora e do educativo a fim de verificar a existência de ações inclusivas e caracterizá-las.

A observação das ações dos museus também se deu através de pesquisa nos sites e páginas oficiais dos referidos equipamentos, buscando verificar também se e como as ações em AC estão disponibilizadas.

4 A Acessibilidade Comunicacional nos museus da cidade do Recife

O turismo tem como base o setor de serviços, e é a relação humana que dá a percepção de qualidade da experiência vivida ao longo de todo o ciclo da viagem. São relações de consumo de dimensões tangíveis e intangíveis. Exige-se, portanto, a qualidade da infraestrutura e dos equipamentos e a disponibilidade de serviços, das instalações, da sinalização, etc.

O turismo é guiado cada vez mais pela sequência de interações que pode oferecer ao seu consumidor. Como o consumo turístico se realiza no mesmo local da produção, é importante que tanto a produção quanto o consumo se materializem atendendo às exigências e expectativas dos consumidores, entre os quais estão as pessoas com deficiência.

De acordo com o Estatuto de Museus, Lei nº 11.904/2009, os museus têm de proporcionar a “universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural”. Nas disposições finais do referido Estatuto, consta que, após sua publicação, os museus teriam cinco anos para se adaptar às novas normas e estruturas. No cenário atual, no entanto, é possível perceber que pouco mudou. Ainda de acordo com o documento, em seu Artigo 35: “Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente”. (BRASIL, 2009, p. 40).

Conforme mencionamos anteriormente, o foco de análise das ações em acessibilidade deste artigo se dá nos seguintes equipamentos museais: Centro Cultural e Museu Cais do Sertão, Paço do Frevo, Museu da Cidade do Recife, Memorial Luiz Gonzaga e Memorial Chico Science. Os cinco museus estão localizados na área central da capital pernambucana. Os três primeiros no Bairro do

Recife Antigo e os dois últimos no Pátio de São Pedro. Trata-se de duas áreas do Recife que detêm relevante importância cultural e turística por abrigar eventos, atrativos e serviços turísticos e gastronômicos que recebem com frequência a visita de moradores e turistas. A distância percorrida para visitar todos estes equipamentos é de apenas 3 quilômetros.

De acordo com o Ibram (2014), é preciso transformar o museu – oferta cultural – em produto turístico formatado, disponível e divulgado. Nessa perspectiva, o instituto traz a seguinte afirmativa:

Além do valor cultural do bem, ele também adquire um valor de mercado quando acrescido de agenciamento e serviços turísticos. Se um produto turístico atende a uma motivação do turista, este estará disposto a pagar por sua fruição. Completa-se assim o ciclo oferta e demanda de uma atração cultural turística bem-sucedida. (IBRAM, 2014, p. 50).

Inaugurado em abril de 2014, o Cais do Sertão integra o conjunto de equipamentos culturais, de lazer e gastronômicos do projeto Porto Novo Recife, uma iniciativa público-privada que realiza, desde 2013, obras de grande impacto, visando transformar os antigos armazéns portuários do Bairro do Recife em um polo de turismo, serviços, entretenimento e lazer. O espaço é um empreendimento de economia criativa e ocupa uma área total de 7.500 m². Os investimentos advêm de recursos do Ministério da Cultura e do Governo de Pernambuco. Atualmente, é administrado pela Empresa de Turismo de Pernambuco – Empetur (empresa de economia mista diretamente ligada à Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer do Governo de Pernambuco).

No que se refere ao acervo do Cais do Sertão, este dispõe de uma exposição permanente sobre a cultura sertaneja e, mais especificamente, sobre a vida e obra do cantor e compositor Luiz Gonzaga. É considerado um museu com tecnologia de ponta e que realiza abordagens contemporâneas e interativas. A foto abaixo (Figura 1) traz uma vista aérea na qual é possível observar o térreo do museu e algumas de suas instalações.

Figura 1 – Cais do Sertão (térreo)Fonte: www.caisdosertao.org.br

Também instalado no Bairro do Recife, o Paço do Frevo (Figura 2) é um espaço dedicado à difusão, à pesquisa, ao lazer e à formação nas áreas da dança e música do frevo, visando propagar sua prática para as futuras gerações. Foi inaugurado em fevereiro de 2014 e é uma iniciativa da Prefeitura do Recife, com criação e realização da Fundação Roberto Marinho. O Paço conta com o patrocínio de empresas públicas e privadas e o apoio do IPHAN e do Governo Federal, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. Pertence à Prefeitura do Recife com a gestão atualmente realizada pelo Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG, organização social sem fins lucrativos.

Figura 2– Paço do FrevoFonte: www.pacodofrevo.org.br

O Paço do Frevo conta com exposições permanentes no térreo e no quarto andar do edifício. No térreo, há também uma sala de vídeos e o centro de documentação, que conta com um acervo inicial de 500 títulos sobre o frevo e o carnaval de Pernambuco, além de 4.000 imagens digitalizadas e 200 partituras. No primeiro andar, o visitante encontra as salas de música, a rádio e o estúdio de gravações. O segundo andar abriga as salas de dança e um espaço reservado para oficinas de adereços e figurinos. No último andar, além da exposição permanente de estandartes dos principais blocos e imagens do carnaval do Recife, há salas para exposições temporárias e exibição de documentários e um espaço para apresentações de frevo.

O Museu da Cidade do Recife também está localizado no centro da cidade, instalado no Forte das Cinco Pontas (Figura 3), que foi erguido originalmente no ano de 1630 pelos holandeses. É um dos importantes monumentos do patrimônio colonial brasileiro e atualmente é candidato a patrimônio cultural mundial da humanidade, integrando o conjunto de 19 fortificações brasileiras que pleiteiam o título dado pela Unesco.

Figura 3 – Museu da Cidade do Recife (Forte das 5 pontas)



Fonte: Google Imagens

O acervo do Museu da Cidade do Recife é constituído de fotografias, mapas e fragmentos arqueológicos que representam a história da evolução urbana do Recife

desde século XVII aos dias atuais. O museu realiza exposições, oficinas, seminários e ações de educação patrimonial.

O quarto museu foco da análise é o Memorial Luiz Gonzaga, que está localizado no Pátio de São Pedro, centro do Recife, e tem por objetivo pesquisar, preservar e difundir a memória de Luiz Gonzaga e da cultura nordestina. O Memorial possui acervo e exposição permanente, que apresentam biografia, discos, fotos, livros e instrumentos musicais. O equipamento promove a exibição de filmes e documentários sobre o cantor. O prédio do Memorial é bem pequeno, possuindo apenas dois pavimentos. No piso superior, funciona a sala de trabalho, onde é possível pesquisar no acervo através de agendamento.

Figura 4 – Memorial Luiz Gonzaga



Fonte: Google Imagens

A proposta do Memorial é disponibilizar ao público os bens de cultura material e imaterial produzidos por Luiz Gonzaga através de pesquisa e visitas guiadas com ações do educativo, além da realização de oficinas, cursos, palestras, apresentações culturais e exposição itinerante, por meio de parcerias com instituições afins.

Apesar de ter uma temática semelhante a do Cais do Sertão, os dois museus se diferem bastante no que diz respeito ao porte e ao tipo de informações fornecidas. A finalidade e o foco do Memorial é única e exclusivamente disponibilizar e democratizar as histórias e o acervo musical da carreira e vida de Luiz Gonzaga. Já o

Cais do Sertão trata da diversidade cultural da região sertaneja como um todo, com destaque para o artista, uma vez que ele é um dos grandes ícones.

O quinto e último museu analisado, o Memorial Chico Science (Figura 5), também está localizado no Pátio de São Pedro e é formado por três pequenas salas que contam a história do cantor e compositor pernambucano, que foi um dos principais idealizadores do movimento *Manguebeat* em meados da década de 1990. Ele foi líder da influente banda Chico Science & Nação Zumbi. O *Manguebeat* projetou a cena rock e a cidade do Recife nacional e internacionalmente. Apesar de sua morte precoce aos 31 anos, Chico Science ainda é uma das grandes referências da música pernambucana e brasileira.

O Memorial é pequeno e os destaques se reservam às curiosidades contadas, como a idolatria de Chico por influências variadas. Porém o acervo do equipamento não se restringe às obras musicais. Há uma videoteca contendo praticamente todo o material audiovisual: clipes, reportagens e imagens de shows que são exibidos ininterruptamente no local através de recursos audiovisuais.

Figura 5 – Memorial Chico Science



Fonte: Google Imagens

Em visita aos equipamentos nos meses de março e abril de 2018, procedemos à 1ª etapa do diagnóstico, que consistiu no estabelecimento de contato com os profissionais responsáveis pela gestão, pelo educativo e/ ou pela condução dos visitantes sobre a realização atual de ações de acessibilidade e para saber como estes

procedem na receptividade das pessoas com deficiência em termos de serviços e estruturas. Na 2ª etapa, em setembro de 2018, voltamos aos equipamentos para observar se houve alguma alteração nessas questões e realizamos a prospecção de ações em AC mediante os conhecimentos e possibilidades existentes no mercado de acessibilidade.

No que se refere à qualificação para o atendimento de pessoas com deficiência, todos os equipamentos pesquisados informaram já haver participado de cursos de formação em Libras e que, na ocasião, haviam adquirido certo conhecimento, mas assumiram que não foi suficiente, pois a falta de contato com a língua na rotina do museu acabou por torná-los novamente desconhecedores da linguagem. A qualificação precisa ser um processo permanente.

O Paço do Frevo e o Cais do Sertão são equipamentos mais novos e modernos. Além disso, eles estão sob uma administração público-privada, o que torna a gestão mais flexível e menos burocrática. Ambos apresentam as melhores condições na estrutura de acessibilidade física, com rampas, elevadores, pisos especiais e banheiros adaptados, todavia, carecem de investimentos em acessibilidade comunicacional como um todo, seja por parte da equipe de educativo, seja no tocante ao uso de tecnologias assistivas tanto no acervo quando nos sites.

No Paço do Frevo, por exemplo, a maioria dos vídeos exibidos conta com legenda, porém em uma das salas, que contém uma enorme quantidade de livros para os visitantes, há pouquíssimos exemplares em Braille. No site do Cais do Sertão, há um item voltado para a acessibilidade, e nele consta um texto que informa que, levando em consideração a diversidade de capacidades e necessidades do público visitante, são oferecidos programas e serviços para incrementar a acessibilidade ao Museu e ao seu acervo, indicando a disponibilidade de cadeiras de rodas gratuitas, de rampa de acesso, de banheiros acessíveis e de visita mediada para cegos, para pessoas com baixa visão ou para o público que deseje.

Obras em formato de maquetes palpáveis, programação em Braille, legendas nos filmes exibidos nas cinco salas audiovisuais do museu e até mesmo opções de mudança de idioma em conteúdos interativos integram os recursos acessíveis disponíveis no Cais do Sertão.

5 Considerações finais

Neste artigo, intentamos apresentar as primeiras impressões identificadas nos museus da cidade do Recife, buscando identificar se e de que maneira estes estão preparados para o atendimento às pessoas com deficiência.

Além de haver poucas iniciativas no campo da comunicação acessível, percebeu-se que, quando existem, as iniciativas são pouco difundidas para o público específico ou acontecem em ocasiões especiais e com uma disponibilização em menor ou diferente proporção em relação a outras ações de mediação.

Foi possível perceber que alguns equipamentos realizam ações especiais voltadas ao público cego e/ou surdo, porém há um desconhecimento por parte desse público em função da ausência de uma divulgação específica.

Na divulgação via canais tradicionais, como TVs, folders e site, muitas vezes, não se dá um destaque à oferta desses serviços específicos, além de não haver, na transmissão desses canais, uma preocupação no entendimento da mensagem por parte do público formado pelas pessoas com deficiência.

O avanço das tecnologias permite que usuários com deficiências específicas possam receber e enviar mensagens via celular e/ou computador para as redes sociais através de mecanismos que vão desde a locução dos textos (para pessoas cegas) à legendagem dos textos falados (para pessoas surdas).

Percebe-se que grande parte dos equipamentos museais apresenta uma carência de recepção e condições de permanência dos visitantes, normalmente porque as maiores intervenções para a acessibilidade são para pessoas em cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida.

É de suma importância o fornecimento de estruturas que permitam a autonomia física e social das pessoas. O êxito de projetos de inclusão está relacionado à estrutura organizacional da instituição, consistindo no oferecimento de serviços complementares através de práticas criativas, das adaptações dos espaços e do uso de tecnologias assistivas, entre outros.

Cabe-nos destacar que, para além da adaptação no acesso e na infraestruturados equipamentos museais, é preciso tornar o acervo e as ações desenvolvidas nos museus acessíveis às pessoas com deficiência. A qualificação do acervo e das estruturas e a mediação cultural das exposições fixas e temporárias dos museus estão sendo tratadas com relativa seriedade pelos gestores e produtores culturais, no entanto pouco se aborda a inserção de ações e atitudes para a inclusão de pessoas com deficiência visual e auditiva.

Quando há ações inclusivas, estas, de maneira geral, se resumem à realização de treinamentos e cursos de curta duração em Libras voltados à equipe de mediação e/ou educativo. Não há um esforço institucional para oferecer, de fato, uma mediação inclusiva. Dificilmente um profissional que participou de um curso de Libras de duração média de 60 horas está apto ao atendimento a uma pessoa surda, por exemplo.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:** Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15599:** Acessibilidade – Comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

BRASIL. **Lei nº. 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.904**, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 10 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museu e turismo:** estratégias de cooperação. Brasília: IBRAM, 2014. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/Museus_e_Turismo.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Turismo Acessível.** Brasília: Ministério do Turismo, 2014. (Cartilha Programa Turismo Acessível). Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/programas_acoes/Estruturar_os_destinos_turisticos/downloads/Cartilha_Programa_Versxo_Final_Impressxo.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo e Acessibilidade:** Manual de Orientações. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/1359-manual-de-orienta%C3%A7%C3%B5es-turismo-e-acessibilidade.html>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** Construindo uma sociedade para todos. 8 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo.** São Paulo: Ed. Roca, 2001.

Recebido em 19/05/2019.
Aprovado em 13/05/2020.
Publicado em 24/08/2020.